

A ESCOLA E A PRÁTICA SOCIAL DO EDUCADOR

Gustavo Alberto Pereira de Moura

1. O que lhe sugere o autor ao levantar estas questões?

O autor me sugere, com os questionamentos levantados, uma crítica ao papel da escola numa sociedade de classes. Revela seu papel político, de reprodutora das desigualdades sociais, da dominação existente. Ou seja, contrapõe-se à visão idealista de que a educação, particularmente a escola, cabe o papel de redentora da humanidade, de possibilitar o aperfeiçoamento da sociedade e o desenvolvimento dos indivíduos, na medida em que existe "igualdade de chances" na sociedade e que esta não se ergue sobre antagonismos. A idéia de escola como uma instituição neutra, à margem das contradições existentes na sociedade vigorou longo período e assumiu formas diversas à medida que eram necessárias adaptações no exercício da hegemonia das classes dominantes. A concepção tradicional da educação, a Escola nova, a teoria do capital humano, o planejamento em educação são concepções acrílicas que serviram, em diferentes contextos históricos, para viabilizar a reprodução das desigualdades sociais e a hegemonia burguesa. Para tanto, fazia-se necessário justificarem-se ideologicamente como legítimas e naturais para os agentes educativos - educandos e educadores - e para a sociedade, de uma forma geral.

Como o autor revela, a educação "pensa e faz pensarem o oposto do que é" a escola: seu papel co-

mo mediadora de uma relação entre homens concretos, num contexto de uma sociedade concreta, erguida à base de antagonismos. Assim surgem os argumentos de "escola como realizadora do cidadão, redentora dos súditos" "investimento", "exercitadora da democracia", "transmissora da cultura universal"... Todos tendo como pressupostos ideológicos: 1. A sociedade como conjunto de indivíduos, como sistema a ser reproduzido ou aperfeiçoado, igualitário. 2. Neste contexto idílico, as diferenças individuais de potencial é que justificariam o maior ou menor sucesso de uns e insucesso de outros.

O autor então sublinha o caráter antagônico da sociedade - "um sistema político dominante" - e o papel da escola como reprodutora das desigualdades, por isso um aparelho "criado e controlado" pelo Estado. Os mecanismos escolares múltiplos e complexos de excludência, e as formas históricas que assumem, levam à reprodução das relações sociais, da ideologia burguesa e da força de trabalho, "deixando no limite inferior do seu mundo os que são para ficar no limite inferior do mundo do trabalho (os operários e filhos de operários), e permitindo que minorias reduzidas cheguem ao seu limite superior".

É óbvio que, tendo tais objetivos, a escola necessariamente teria de ficar "fora do poder de controle comunitário dos seus praticantes, educandos e educadores diretos". Por essa razão ocorre também ao nível da escola o parcelamento das funções, a expropriação do saber e do conhecimento dos que executam, a divisão planejamento/execução e o gerenciamento como forma de reunificar as ações do processo educativo, sob o controle dos dirigentes. É a reprodução da alienação do trabalho, da subsunção real que ocorre ao nível da produção. São formas internas à escola de viabilizar o controle do ato educativo a serviço de objetivos que se situam ao nível da sociedade, já explicitados anteriormente.

Dessa forma também é mais fácil ocultarem-se os fins do processo educativo, na medida em que as

técnicas e os métodos, a execução do que já está definido é o que cabe aos educadores-professores. Ou tão somente executar. Aos alunos aprender, aos supervisores fiscalizar, perdendo-se a unidade do processo educativo e a sua relação com a sociedade.

Por fim, a última interrogação do autor me sugere, caso não seja apenas recurso para introduzir o debate, que "uma outra educação" só é possível fora da Escola: "Por que acreditar ainda na educação?", na educação que existe no sistema escolar"?, "Por que não forçar o poder de pensar e colocar em prática uma outra educação?"

O encadeamento deste raciocínio sugere que à escola cabe apenas o papel de reprodutora da sociedade exploradora, não sendo possível que também sirva, como espaço de contradição, para instrumentalizar as classes subalternas na transformação do "senso comum" em "concepção homogênea e científica" do mundo. Segundo Saviani seria uma concepção "crítico-reprodutivista". Não perceberia a escola como espaço da luta hegemônica, onde circulam ideologias, reprodutora também das contradições existentes na sociedade civil, por isso, possível de ser utilizada como espaço gerador de uma contra-ideologia.

2. Posicione-se a respeito dessas questões.

Em boa parte meu posicionamento já está explícito na análise anterior. Gostaria apenas de tecer mais algumas considerações sobre a escola e a transformação social. Ao meu ver enxergar a escola apenas como espaço de reprodução social é perder de vista as contradições dialéticas que a perpassam. Leva o educador à angústia ou a deixar o barco correr, uma vez que nada pode ser feito. Está preso a um fatalismo. Gramsci procura contribuir para a compreensão dessas contradições ao considerar a escola, no seu arcabouço conceitual, como parte da sociedade civil. Neste espaço, as classes dominantes procuram exercer a sua dominação como hegemomo-

nia, ou seja, através da Interiorização Coletiva e vivencial da sua concepção de mundo pelas massas. Para tanto, é necessário espaços de liberdade, a não ser quando a sociedade política invade a sociedade civil.

Valendo-se dessa liberdade, é possível ao educador comprometido com as classes subalternas e seu projeto histórico como intelectual orgânico, favorecer a superação do senso comum por uma contra-ideologia. Ao educador cabe facilitar essa elaboração das massas, de forma a possibilitar a ascensão de um novo bloco histórico, o exercício da sua "hegemonia antes mesmo de tomar o poder".

Nessa configuração conceitual a escola é espaço de contradição, de luta hegemônica. À educação e ao intelectual cabem um papel importante na transformação social, uma vez que toda hegemonia é um ato pedagógico. É necessário, então, que se procure refuncionalizar a escola, para que possa contribuir na transformação social.

A preocupação de Gramsci e outros autores é com o processo de transformação social. É necessário percebermos a negatividade da educação, a que o autor se reporta, mas também afirmar a sua positividade. Desenvolver uma ação pedagógica que contribua com o "devenir" histórico, que se desenvolve dialeticamente, impulsionado pela luta de classes nos terrenos econômico, político e ideológico. Reconhecer a necessidade de, pelo menos, a escola fornecer um instrumental básico que sirva para o exercício político das classes subalternas: a escrita, a expressão oral, a leitura, as noções numéricas e conhecimentos gerais mínimos.

E que é necessária e progressista a luta pela democratização do acesso à escola, como parte da luta das classes trabalhadoras pela educação e sua identidade de classe. Embora, contraditoriamente, esta escola também sirva à reprodução da hegemonia burguesa. A compreensão dessa contradição, aliada ao compromisso com a construção de uma nova sociedade, servem de base à elaboração de uma concepção

dialética da educação, capaz de instrumentalizar o educador na sua prática pedagógica transformadora.

II. Prova sobre tema: A Formação e a Prática Social do Educador

A primeira questão que considero relevante no debate desse tema é o contexto em que se situam a formação e a atuação do Educador. Estas se dão numa formação social historicamente determinada, caracterizada pelo antagonismo entre os que possuem os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho como mercadoria. No nosso caso particular, uma sociedade marcada pela concentração secular da terra, pelo desenvolvimento dependente que se acentua, enfim por uma sociedade periférica que comporta antagonismos profundos.

Em tal contexto é absolutamente impossível pensar uma formação e atuação única do Educador. As clivagens, as contradições de classe e seus distintos projetos também se refletirão em práticas sociais distintas, a depender de a qual projeto de classe se vincula. Alguns elementos me parecem importantes ao avaliarmos as formações e práticas existentes, a que interesses servem:

1. A concepção teórica que as embasam e as suas finalidades.

Se o educador tem por base a concepção de sociedade como um conjunto de indivíduos que interatuam, segundo suas diferentes potencialidades, e a educação como estando a serviço dos indivíduos e da sociedade, certamente estará contribuindo para a manutenção e o mascaramento das contradições. É a concepção de educação a serviço da manutenção e aperfeiçoamento do sistema social, enquanto conjunto de partes dinamicamente relacionadas. Não existe, nesta concepção, a noção de classe social, de contradição, dominação. A educação transmite os valores a cultura historicamente acumulados e contri-

bui para o seu aperfeiçoamento. Está a serviço do Homem, da Humanidade, da Democracia, enquanto valores abstratos. Claro que a essa concepção idealista, acrítica, muito provavelmente corresponderá uma prática social semelhante, que dificilmente contribuirá para a elevação cultural e política das massas, a elaboração do "bom senso" e o desenvolvimento de uma concepção homogênea e coerente do mundo.

Outra base teórica são as teorias que apreendem a relação educação/escola-sociedade, compreendem os antagonismos existentes na sociedade e suas determinações sobre a função da escola como reprodutora das desigualdades, das relações de produção, da ideologia dominante. Denunciam a negatividade da escola, seus mecanismo de exclusão e reprodução social. Mas não enxergam possibilidades de atuação do educador a serviço da transformação social. Corre-se o risco, radicalizando-se o raciocínio, de se negar a validade da luta pela escola comum e unitária, pública e aberta a todos. Resulta numa prática social sem perspectivas para o educador comprometido com as classes subalternas, no perigo de se deixar levar pela correnteza, contribuindo para a manutenção do que aí está.

Uma base teórica capaz de orientar uma prática social transformadora necessariamente precisa compreender a sociedade como uma formação social historicamente determinada, como unidade e luta de contrários, que se expressa ao nível dos confrontos de classe. Precisa levar em conta que há homens que dominam, que vivem do trabalho alheio, e outros que são dominados, explorados. E que a Escola é um espaço não só de reprodução, mas também onde se dá a luta pela hegemonia, a circulação de ideologias.

Gramsci fundamentou esta concepção procurando situar a escola como parte da sociedade civil. Para ele a dominação de classe se dá pela hegemonia combinada com a coerção. A função hegemônica se realiza através da vulgarização e absorção pelas massas dos seus valores e concepções, além de fragmentos de concepções anteriores - o senso comum. Para que

esta ideologia circule, é necessário liberdade. E a escola é um dos agentes de realização da hegemonia burguesa.

No entanto, pode ser um espaço também de circulação da ideologia contra-hegemônica. E o papel do Educador, enquanto Intelectual Orgânico, comprometido com as classes subalternas, é trabalhar o bom senso, no sentido de superar o senso comum por uma concepção homogênea e coerente do mundo. Neste sentido ele considera que a escola deve possibilitar o início de uma compreensão materialista dialética do mundo.

Uma prática social transformadora requer, portanto, uma compreensão materialista dialética da sociedade, dos homens e da educação.

2. O compromisso político com as classes subalternas

O educador precisa ser educado criticamente e desenvolver compromissos solidários com a classe operária e seus aliados. A meu ver este compromisso não será sedimentado apenas com uma formação cognitiva, acadêmica, escolar. A participação política coletiva, a partir de sua categoria, é fundamental para o praxis transformadora. É na prática da organização coletiva, no confronto social da luta de classes, que se desenvolve a percepção viva das classes, do Estado, dos atores sociais, seu discurso e suas práticas, o exercício da criticidade e da solidariedade. Prática, em que é bom frisar, precisa se alicerçar numa compreensão científica, no materialismo dialético.

Como levar os educandos à superação do senso comum, como expressarão a sua contra-hegemonia se não se organizam e se percebem sujeitos coletivos no confronto com o oposto? Como o educador contribuirá para isto se ele mesmo não está inserido neste processo?

Para mim, portanto, um compromisso político consequente com a transformação social se forja na

participação política organizada do educador. Esse compromisso é básico na formação e na prática social transformadora.

3. O Método e a Prática Social

A prática social transformadora, ao buscar a transformação do senso comum em consciência filosófica, deve, ao meu ver, partir da realidade, das formas de ver e sentir dos educandos, dos seus valores e concepções fragmentadas. Buscar uma síntese com o conhecimento elaborado, científico.

Não pode se caracterizar como uma relação de imposição, de dominação. O que não quer dizer também, a pretexto de negar o autoritarismo, que se advogue o espontaneísmo como método no processo educativo, a não diretividade, a simetria na relação educador/educando.

A síntese pressupõe transmissão de conhecimento. Pressupõe uma assimetria, uma hegemonia do professor/educador. Hegemonia, no entanto, que busca a elevação cultural do educando como "governante", "dirigente". Neste sentido, de transformação do educando, mas também do próprio educador. No dizer de Paulo Freire, uma relação entre sujeitos, mediada pelo mundo, que transformará o mundo se transformando.

Essa síntese, portanto, partindo do real, deve procurar resultar numa ação para transformá-lo, não apenas para entendê-lo.

4. O processo educativo

A prática social transformadora deve procurar resgatar a unidade do processo educativo. Como forma de viabilizar a hegemonia burguesa, procura-se fragmentar, parcelar os momentos do processo educativo, sob o controle do "gerente" (diretor). Procura-se separar planejamento, execução, avaliação e atribuir estas funções a sujeitos diferentes. Esva-

zia-se assim o ato educativo, servindo também para realçar as técnicas, ao mesmo tempo em que se marcaram os objetivos e finalidades da Educação.

Essa fragmentação reduz o professor a um mero executante. Expropria-se o seu saber, entregue a especialistas, e ele perde o controle do processo educativo. Sua preocupação reduz-se a técnicas e métodos. É semelhante ao que ocorre na produção, inspirado pela ideologia taylorista de eficiência e produtividade. Os educandos ou a comunidade, então, nem pensar em interferir no processo educativo. Ao se formar ou se submeter a tais concepções em sua prática social, o educador estará contribuindo com a reprodução da dominação.

5. O "locus" da ação educativa.

Arroyo coloca bem o desenvolvimento histórico da concepção da escola como único "locus" reconhecido da ação educativa. E aponta que, antes de tudo, esses segregamento é uma forma de negação da experiência, do conhecimento que as classes subalternas desenvolvem no seu fazer, na sua prática histórico-social, que se desenvolve fora da escola, na organização sindical e popular, no trabalho, no enfrentamento com as classes antagônicas. Arroyo aponta ainda a dificuldade que os próprios educadores ainda têm de reconhecerem legítimas práticas educativas fora da escola. Ao passo que a burguesia reconhece a importância dessas práticas, controlando ferranamente este espaço, negando a educação das classes trabalhadoras, enquanto um construir histórico-social de sua identidade de classe.

Uma prática social transformadora precisa se preocupar e contribuir com o processo educativo que ocorre fora da escola, como parte do processo de elaboração da contra-ideologia, como espaço de exercício da direção moral e cultural da sociedade por parte das classes subalternas.

6. A coerência

Por fim gostaria de levantar a necessidade da coerência do educador na sua vida com aquilo que defende. A defesa da emancipação da mulher, desde que a minha lave pratos, por exemplo, não contribui para superação do senso-comum. Antes, revela que a ideologia burguesa está "dentro" do educador. O que é verdade, na medida em que a ideologia dominante é bastante diversificada e dispõe de inúmeros meios de ser difundida. É bastante compreensível, portanto, que a sua superação não se dará mediante promessas, mas por intermédio de uma profunda auto-crítica e crítica da prática social, contínua. É idealismo se querer puro. Mas o exercício da coerência se dá como um processo, e necessariamente coletivo, no sentido de com os outros. Portanto com os educando e com os companheiros.

Acredito ter levantado os indicadores que, neste momento, julgo mais importantes para a formação e a prática social do educador.